



# Anais da Assembléia

Nº 9

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA — REALIZADA  
EM 13 DE MARÇO DE 1975

Presidência do Senhor Deputado Paulo Caramo, Secretariada pelos Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Caramo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Lossco, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Sioni Neto, José Domingos Scarpeolini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50). — Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Lineu Turra, Basílio Zanusso, Quiélse Crisóstomo da Silva e Rosário Pitelli (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### OFÍCIOS:

Sob o nº 354, do Senhor Deputado JOÃO CARLOS GASTAL, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, comunicando haver sido eleita a nova Mesa Executiva daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa — Agradece-se.

Sob o nº 140/75, do Senhor Deputado JOÃO FERRAZ, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, comunicando haver sido eleita a nova Mesa Executiva que regerá os destinos daquela Casa, durante a 1ª e 2ª Sessões Legislativas. — ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o nº 002/75, do Senhor MIGUEL DONATO VASCONCELLOS, Presidente da Câmara Muni-

pal de Palmas, comunicando haver sido eleita e empossa a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o nº 1/75, do Senhor MIGUEL DIB, Presidente da Câmara Municipal de Cornélio Procopio, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o nº 004/75, do Senhor AURÉLIO DE FREITAS FALCÃO, Presidente da Câmara Municipal de Cambé, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa após ouvido o Plenário seja insetido na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador Sr. DARCY CAPRILHONE, ocorrido na cidade de União da Vitória.

Pessoa radicada a longos anos em União da Vitória, ex-Vereador e Comerciante, o Sr. Darcy Caprilhone foi um exemplo de trabalho e probidade, com participação ativa em todos os problemas políticos e administrativos, daquela cidade.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste Requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de congratulações pela eleição da Nova Mesa Diretiva da Câmara Municipal da cidade de Ibiaporã, composta pelos seguintes Vereadores:

Presidente — Vereador Ademir Rampazzo  
Vice-Presidente — Vereador Jaci Nalin Ferreira  
1º Secretário — Vereador Lafontaine Corrêa  
2º Secretário — Vereador Waldomiro Ernesto

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se de ciência àquela Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) DACIO LEONEL.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER

à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, um voto de congratulações pela conquista da agência paranaense "UMUARAMA PUBLICIDADE" ao obter a "medalha de ouro" na categoria "melhor mensagem de natal", cujo prêmio deverá receber no próximo dia 2 de abril na capital paulista.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) DÁCIO LEONEL.

JUSTIFICATIVA:

Nº último domingo foram divulgados os resultados oficiais do Prêmio Colunista de Propaganda, considerado o mais importante da publicidade brasileira.

E coube a uma agência paranaense, no caso a "Umuarama Publicidade", conquistar uma medalha de ouro na categoria "melhor mensagem de natal".

É bom ressaltar que para a escolha do Prêmio Colunista, foram analisadas mais de 1.000 peças produzidas e exibidas no ano passado.

Entendemos que o destaque de uma agência de nosso Estado, confere ao próprio Estado um destaque nesse setor de atividades.

Estamos seguros que tais razões são suficientes para justificar a iniciativa desta proposição.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão em Ata dos trabalhos de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA FILHO, Digníssimo Senador da República, pelo nosso Estado, por sua eleição à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O Digníssimo Senador, pessoa de grande conceito nos meios políticos e sociais de nosso Estado e do Brasil, irá por certo desempenhar com sucesso essa difícil missão, para o bem de todos os brasileiros, dentro das normas da justiça e da verdade.

Requer, ainda, se dê ciência da decisão desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Senador ACCIOLY FILHO, em Brasília.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1975.

a) JORGE SATO.

Senhor Presidente:

O abaixo assinado REQUER, no uso de suas prerrogativas parlamentares, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações ao Diretor-Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, Senhor Celso Saboia, pela recente criação de uma Agência desse conceituado e prestigiado estabelecimento de crédito na sede do Município de Siqueira Campos, ato a refletir conciliação dos mais altos e respeitáveis de suas forças de trabalho construtivo, bem como das comunidades que virão, inevitavelmente, a re-

clamar atendimento de interesses de relevância, radicadas em localidades vizinhas e de fácil acesso a Siqueira Campos.

REQUER, outrossim, seja dado conhecimento da decisão da Casa ao Excelentíssimo Senhor Dr. Afonso Alves de Camargo Neto, ilustre Secretário da Fazenda e ao Senhor Celso Saboia, correto Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

Senhor Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário, que Vossa Excelência se digne oficialar ao Sr. Sebastião Rodrigues Pimentel, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, transmitindo o reconhecimento desta Casa de Leis, pelos "relevantes e extraordinários" serviços prestados pelo órgão que dirige, à saúde de nossa gente. Solicito ainda que as congratulações sejam extensivas ao Prefeito Sílvio Magalhães Barros, de Maringá.

JUSTIFICAMOS:

Desde o início da atual administração pública de Maringá a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município, mantém as suas portas abertas permanentemente, realizando atendimento regional com expressivo desempenho. Anexos o relatório das atividades realizadas durante o mês de fevereiro do corrente ano que retrata o dinamismo daquele setor.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) VALTER PIETRÂNGELO.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., ouvido o Plenário, se digne determinar seja oficiado em nome desta Casa ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, instando junto ao mesmo para que, por ocasião da fixação do novo salário mínimo, que está por ocorrer, se considere o Estado do Paraná como uma única região, com o valor do salário que se atribuir à atual 1ª sub-região.

Esta providência é indispensável enquanto não se uniformizar o salário mínimo em todo o País, ao mesmo tempo em que tem por objetivo eliminar injustiças que hoje são cometidas com a divisão do Estado em duas sub-regiões, com trabalhadores de Municípios vizinhos percebendo salários diferentes, não obstante serem comuns os problemas e as necessidades.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) OSVALDO MACEDO.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Casa envie expe-

diente ao Exmo. Senhor. Governador do Estado, Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública e Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de que seja instalada uma Circunscrição Regional de Trânsito na Sede do Município de Marechal Cândido Rondon.

A solicitação se justifica, uma vez que a 7ª Circunscrição Regional com sede em Cascavel, abrange um total de 18 (dezoito) Municípios sobrecarregando aquela repartição e ainda temos a considerar as grandes distâncias a percorrer de certos Municípios à sede da Circunscrição. Ainda em se dizendo que Marechal Cândido Rondon tem atualmente um número aproximado de 5.200 veículos e o aumento mensal verificado é notável e a privilegiada posição geográfica em relação aos demais Municípios do extremo-oeste para um melhor e mais rápido atendimento.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) WERNER WANDERER.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná o presente expediente, através do qual são requeridas ao D.E.R. as mais urgentes providências na PR-11, na sua passagem pelo Município de Castro, logo após a ponte sobre o Rio Iapó pelas razões seguintes:

A falta de acostamento ou quem sabe de uma terceira pista num lance de aproximadamente 100 metros da estrada, por motivos técnicos de sua construção, tem concorrido, para que aquele trecho se transformasse num ponto comum de mais de uma centena de acidentes, com muitas vidas ceifadas, especialmente em "capotamentos".

É tão grave a situação que no último carnaval foi montado naquela cidade um carro alegórico retratando os "desastrados da ponte", num sentido de verdadeiro protesto e alertamento às autoridades competentes para o problema.

Como o problema é mais de ordem técnica, cumpre ao D.E.R. proceder um levantamento, conhecer as causas e tomar com a máxima urgência as medidas que entender necessárias.

Sala das Sessões, em 13 de março 1975

a) DÁCIO LEONEL

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, formulando veemente apelo no sentido de ser construído um contorno asfáltico na cidade de BANDEIRANTES.

Célula geradora de riqueza no Estado,

a referida obra irá proporcionar ao mencionado Município o indispensável desenvolvimento que atestará a grandeza do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações sobre os motivos da paralização das obras do prédio destinado ao Ginásio da Cidade de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 13 de março, de 1975

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, através do Sr. Governador do Estado, o seguinte pedido de informações:

I - Quais os motivos da paralização das obras da estrada perimetral sul de Apucarana?

II - Qual o montante dos gastos efetuados pelo Estado, até o presente, na execução daquela obra?

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Presidente da Telepar, através do Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de ser instalado telefone no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário seja encaminhado ao Senhor Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, através do Sr. Governador do Estado, pedido de informações sobre as razões do não funcionamento, até esta data das instalações do prédio destinado ao posto da Telepar, na cidade de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

REQUER o encaminhamento de expediente, contendo apelo ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. no sentido de ser instalada uma agência desse Estabelecimento de crédito, na cidade de Morretes.

Esse nosso apelo justifica-se, tendo em vista a circunstância do Banco Comercial do Paraná, única agência bancária que opera no Município, ter sido absorvido pelo Bamerindus, que pretende fechá-la, privando consequentemente a cidade desses serviços, causando com isso sérios problemas e transtornos ao comércio e indústrias locais que terão que locomover-se até Antonina ou Paranaguá para realizarem suas operações junto à estabelecimentos de crédito, o que demanda também em consideráveis prejuízos às referidas empresas e ao público em geral.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) NELSON BUFFARA.

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, se já encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios de Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, formulando apelo no sentido de que se urgenciem as obras de reparos na pista de rolamento da estrada BR-173, trecho Três Pinheiros-Pato Branco.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

As péssimas condições em que se encontra atualmente o asfalto da BR-173 neste importante trecho Três Pinheiros-Pato Branco, vem causando uma série de problemas ao tráfego da região, sobretudo àquela transportador de produtos agrícolas e pecuária, ensejando danos não só aos veículos, como também às cargas que muitas vezes, pelo atraso que forçosamente decorre do uso de uma pista defeituosa, são deterioradas antes de serem escoadas.

Torna-se pois, necessário que o poder público acelere as obras de reparos a fim de sanar essas dificuldades.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, REQUER seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que sejam fornecidos dados estatísticos, a esta Casa, dos acidentes ocorridos ao longo das vias rápidas zona Norte, nos seguintes cruzamentos:

DO CENTRO PARA O BAIRRO

- Rua Nicolau Mader com
- Rocha Pombo e
- Rua Moisés Marcondes.

DO BAIRRO PARA O CENTRO

- Rua Jovino do Rosário com
- Rua Ludovico Geronasso e
- Rua Holanda
- Rua Campos Sales com
- Rua Moisés Marcondes
- Rua Augusto Severo e
- Rua Mauá.

Nestes locais, como se sabe, foram os que mais registraram acidentes, por isso solicita os seguintes dados:

- Número de feridos.
- Número de vítimas fatais.
- Número de veículos com danos materiais.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO:

Via o presente pedido, proceder estudos a fim de serem apresentadas sugestões com o objetivo de diminuir o número de acidentes, colaborando desta forma com a segurança e bem-estar social do povo.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que se oficie à Direção da Rede Ferroviária de Armazéns Gerais S/A. - AGEF, solicitando sua gentileza em informar a esta Casa as razões que determinaram o fechamento do armazém daquela empresa pública no Município de Lupionópolis.

Trata-se de uma unidade com capacidade para 60.000 sacos, indispensável às atividades agrícolas daquela produtiva região.

Registre-se também a estranheza com o fechamento, se permanecer, quando muito se exige da agricultura paranaense, nos dias presentes.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OSVALDO MACEDO.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, vem a V. Exa., requerer que uma vez ouvido o egrégio Plenário desta Casa Legislativa, sejam oficiados os Exmos. Srs. Ministro dos Transportes; Governador do Estado e Secretário de Transportes, objetivando encontrar um ponto de entendimento, e estudos urgentes da viabilidade de CORREÇÃO, PAVIMENTAÇÃO e CONTRUÇÃO DE TRECHOS DA ESTRADA que liga o Sudoeste (Capanema), Oeste (Medianeira) passando pelo Parque Nacional Iguaçu, com o Noroeste (Umuarama) do Estado do Paraná, inclusive com a construção de pontes de gabarito técnico sobre os rios Iguaçu e Piquiri, onde a travessia é feita precariamente pelos sistemas obsoletos de balsas.



## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma medida há longos anos reclamada pelas progressistas regiões do Estado, que se ressentem com a carência de estradas adequadas para escoamento da farta produção agrícola que ali se cultiva, principalmente, o soja, trigo, milho e arroz, hoje considerados produtos prioritários para nossa economia.

Ademais, a grande concentração humana que está se radicando no chamado 3º polo da Economia (Oeste) paranaense, e ainda mais, a construção da Usina de Itaipu, exige imediatas providências no setor da INFRA ESTRUTURA de estradas na região, para atender à crescente demanda.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

## a) FIDELCINO TOLENTINO.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, haja por bem Vossa Excelência endereçar ofício ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de adequar a Região Oeste do Paraná, (de modo especial e urgente os trechos entre os Municípios de Palotina, Toledo e Cascavel) com estradas largas e no mínimo, cascalhadas para permitir condições de tráfego da grande produção de soja, canalizando para o chamado Corredor de Exportação, a BR-277.

## JUSTIFICATIVA:

A medida se impõe, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque a Região Oeste, e particularmente Palotina — denominada a Capital do Soja — carece e se ressentem com a deficiência de estradas, o que vem prejudicando de ano a ano o desenvolvimento da economia paranaense. A safra deste ano, cuja colheita já se iniciou nestes últimos dias, produzirá a astronômica quantidade de 20 milhões de sacas — cerca de 1,2 milhão de toneladas e a região produtora está precariamente servida por estradas primárias de leito natural, vale dizer, estradas ruins.

Palotina está a 120 km da BR-277, onde está situada Cascavel, ou ainda a 60 km de Guaíra, onde possui o Porto que demanda ao Estado de São Paulo. Mesmo assim, poucas chuvas podem bloquear o tráfego, decorrendo daí inquestionável prejuízo.

Ademais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a chamada "Rodovia do Soja" que ligará esses Municípios e ainda Guaíra, é velha promessa que ainda não se cumpriu. O fato se afigura à primeira vista como uma reivindicação política, porém há de se verificar que ali está uma das maiores fontes de divisas não só para nosso Estado, mas também um grande fator de potência de divisas nacionais, já que se trata de um produto de franca exportação.

Acreditamos no esforço conjugado e bom

senso da chefia daquela Pasta, no sentido de promover as imediatas reformas e medidas requeridas.

## a) FIDELCINO TOLENTINO.

Senhor Presidente:

O Deputado infra firmado, no uso de suas prerrogativas regimentais e com a máxima vênha vem a V. Exa. uma vez ouvido o Plenário da Casa, pedir e requerer sejam oficiados os Srs. Presidentes do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A — Celso Sabóia — e do BANCO DO BRASIL S/A — Valter Perachi Barcelos — no sentido de que se instale em Guaraniaçu agências desses estabelecimentos oficiais de crédito, reivindicação que vem se renovando há muitos anos pela população e pelas autoridades locais.

Guaraniaçu, pelo seu desenvolvimento — esforçado da iniciativa privada, tomou impulso peculiar principalmente equacionado por sua projeção agrícola, e os interesses em financiamentos são forçados a procurá-lo em Laranjeiras do Sul ou Cascavel — que ficam respectivamente a uma distância acima de 75 km.

Município que vem se destacando na agricultura principalmente nos últimos anos, carece de um atendimento básico para sustentar e suportar o crescimento sem prejuízo de tempo.

Faz parte do chamado 3º polo de desenvolvimento paranaense, dotada de fertilidade do solo que é uma característica da região, e o movimento financeiro justifica — por si só a instalação desses estabelecimentos que beneficiarão não só a comarca e Município, mas também os confinantes, como Campina da Lagoa, Corbélia e parte de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

## a) FIDELCINO TOLENTINO.

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no interesse da elevação do ensino a nível superior nas regiões que têm a honra de representar, Pato Branco, Francisco Beltrão e Paranavaí, e tendo em vista os expedientes, Protocolados no Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura, que postulam autorização para funcionamento [art. 47 da Lei 5.540/68] da Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Pato Branco, da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão e dos Cursos de Licenciatura Plena em Ciências e de Licenciatura em Estudos Sociais da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, todas entidades erigidas como Fundações de Direito Público Municipal, vem REQUERER, após ouvido o Plenário, seja gestido junto ao Senhor Ministro Ney Braga, por esta Assembléia Legislativa, no sentido de o Senhor Ministro urgencie as autorizações pretendidas, através de Decretos Presiden-

ciais, a fim de que os referidos estabelecimentos possam iniciar suas atividades ainda no segundo período do corrente ano letivo, para atender aos anseios da juventude estudiosa daquelas cidades, que se constituem verdadeiros polos de influência nas respectivas regiões.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1975.

- a) IVO THOMAZONI
- a) WILSON FORTES
- a) NILSON SQUAREZZI
- a) DENI SCHWARTZ
- a) WALDENÍCIO BARBALHO
- a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja convidado a proferir palestra de Estudos do Meio Ambiente, bem como expor o seu Projeto de Preservação da Ilha do Mel, ao arquiteto Rubens Meinster, em data a ser designada, a fim de que o Poder Legislativo tome posição para defesa daquele insubstituível patrimônio natural e potencial turístico dos mais auspiciosos.

Sala das Sessões, 13 de março de 1975.

- a) NILSON SQUAREZZI

JUSTIFICATIVA:

Evidentemente seria redundante falar-se na necessidade de justificar-se a preservação do meio ambiente natural, nesta época em que a poluição substitui as áreas verdes, em que artificialidade e a sofisticação cada vez mais afastam o homem de seu habitat natural, que é o contato direto e permanente com a natureza.

A presença nesta Casa, de um renomado naturalista, conhecedor profundo das nossas opções de interrompermos a tremenda devastação de flora e fauna, que se operam neste Estado, outrora verdadeira floresta, é válida para os subsídios indispensáveis que o Poder Legislativo deve ter, a fim de encontrar amparo científico nas decisões que venha a tomar em face do angustiante problema existente. Se este não fosse o motivo primordial, o convite se justificaria como homenagem a um Arquiteto de destaque e acima de tudo, um idealista que prega uma filosofia indispensável ao futuro da humanidade, a qual seja, de que mesmo o homem sendo um animal, eminentemente social, não poderá se afastar de seu componente indispensável, que é o meio ambiente natural.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, no sentido de ser designada uma Comissão de Srs. Deputados, para participar das solenidades de

inauguração de Obras Rodoviárias, com a presença do Exmo. Senhor Governador do Estado, conforme convite anexo.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei nº 19/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Artº 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Ortigueira, um curso de 2º Grau, para funcionar a partir do próximo ano letivo.
- Artº 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ortigueira, que se tem notabilizado por um progresso constante, tanto no setor populacional como também econômico, se ressentido da falta de um estabelecimento de ensino à altura daquele progressista Município.

Por outro lado, enquanto isso ocorre, uma geração inteira de jovens daquela região tem que se deslocar aos grandes centros em busca desse aprimoramento.

Assim, apresentamos o presente Projeto de Lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio.

Projeto de Lei nº 20/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Artº 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na cidade de IVAIPORÁ, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- Artº 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OTÁSSIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei visa dotar a cidade de IVAIPORÁ de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Região das mais progressistas do Estado, a medida irá beneficiar, não só a população do referido Município, mas, também, toda a área limítrofe da cidade. Pretendemos, pelo presente Projeto, atender a política de expansão da rede estadual de ensino, não só nos níveis de 1º

e 2º grau, como também na área superior.

Assim sendo, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares, para posterior aprovação pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — Quero registrar a presença do ex-Deputado Federal Roberto Galvani e dos Vereadores Martins, de Maringá e do Sr. Atílio Pereira, também de Maringá. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna nesta oportunidade para apresentar algumas providências solicitadas pelo nosso lavrador, para alguns municípios. Para o Município de Ivaiporã, solicitando a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras; para o Município de Bandeirantes solicitando que o Estado, através da Secretaria de Transportes, construa o contorno para diminuir o número de acidentes na Avenida Bandeirante e ainda para Mariluz solicitando que a Telepar instale um telefone sede do Município de Ortigueira, outro solicitando curso de segundo grau para Ortigueira.

Há poucos dias, Sr. Presidente, usávamos esta Tribuna para dizer que a agricultura não vai bem e nós lemos aqui o jornal e encontramos numa página que diz: O blefe da soja. Do outro lado do jornal diz o seguinte: Café, um produto para os privilegiados e noutra página: Algodão está numa crise que faz gosto. Aí está o retrato vivo de nossa agricultura. A campanha "plante e o nosso governo garante" e aí está a situação de nosso lavrador. O soja, não sabemos se vai a 70,80 ou 100 cruzeiros a saca. O café, cada ano que passa diminui a sua produção porque não tem preço, consequentemente, os lavradores estão erradicando o café à procura de novas culturas, plantam trigo, plantam o soja e no ano que vem se o soja não der, vem o trigo, se não for compensador vai o nosso lavrador em busca de novas aventuras. No Município de Assis Chateaubriand o agricultor vive quase de hortelã. Ali, a agricultura está diversificada, diminuiu a produção em nosso País e quando abrimos um jornal, ouvimos uma estação de rádio, ou vamos às nossas regiões e ouvimos a palavra dos nossos agricultores e sentimos pena, Sr. Presidente, porque muitas vezes não podemos ouvir as suas reivindicações. — (Assume a Presidência o Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio) —

Estas reivindicações não estão nas mãos do Deputado, o que devemos fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é usar da Tribuna que o povo nos outorgou, para fazer daqui desta Tribuna, os portavozes dos sofridos agricultores de nossa terra.

Nesta oportunidade, assomamos à Tribuna da Assembleia Legislativa do Estado, para pedir um melhor preço para o soja. Os agricultores estão colhendo o soja, e é preciso mais armazéns e silos para atender a produção do Paraná.

É preciso preço, não adiante preço se não tivermos armazéns, e não adiante armazéns se não tivermos preço. São portanto três características para o nosso produto, frete, preço e armazenagem.

Ao encerrar estas nossas palavras, quero dizer, que gostaria de participar da Comissão de Agricultores a fim de trabalharmos nesta Comissão no sentido de proporcionar àqueles que confiaram em nós um trabalho digno, um trabalho honrado, em favor dos próprios paranaenses. Era essas Sr. Presidente, as palavras que tínhamos a dizer nesta oportunidade. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário do Sr. Durval Monteiro, suplente de Deputado pela Arena e do Vereador Heitor Izidoro.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, segundo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O Estado do Paraná" em edição de ontem, dia 12 de março do corrente ano de 1975, em sua coluna filiada ao "Jornal Econômico" traz aqui a expressão bucólica do Instituto Nacional de Previdência Social, que no seu contexto diz o seguinte:

"O orçamento do Instituto Nacional de Previdência Social, atingirá 43 bilhões em 1975 e até o fim desta década 80 bilhões de cruzeiros em arrecadação".

O que representa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 38% da receita nacional, da receita da União. E hoje de manhã, eu vi o retrato deste paradoxo, do paradoxo do retrato que foi tirado na fila do INPS que continha mais de 70 filiados do INPS, parecendo uma fila de indigentes que também pagam compulsoriamente o Instituto Nacional de Previdência Social.

Mas, não vou falar mais sobre o INPS, vou falar hoje, Sr. Presidente, e requerer algumas informações sobre o IPÊ - o Instituto de Previdência do Estado.

Este famigerado Instituto desconta de todos os funcionários estaduais compulsoriamente, violentamente, de suas folhas de pagamento, portanto, ele tem uma assistência a dar a esta classe laboriosa que compõe a classe do Funcionalismo público do Estado do Paraná. Um exemplo de serviços prestados por este Departamento de Previdência do Governo do Estado, e quero citar somente alguns fatos ocorridos constantemente em Sto. Antonio da Platina, na minha cidade, o médico, para atender um filiado do IPÊ, para fazer simplesmente uma receita, para fazer um exame médico mal feito, desinteressado, e exige que o filiado leve duas requisições. Então o filiado do IPÊ, o funcionário público do Estado do Paraná tem em seu Instituto de Previdência o mínimo ou nada porque, para conseguir uma consulta, tem que recorrer a um seu colega que não esteja doente para ir também ao departamento competente pedir uma



requisição para, com as duas, receber o atendimento médico.

Isto é um absurdo e, acima de tudo, é corrupção dentro da estrutura da própria Previdência mantida pelo Governo para seus funcionários:

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica que o orador dispõe de apenas mais um minuto.

O SR. LÚCIO MACHADO — Quero apenas fazer mais uma declaração sobre o fato.

O Hospital Municipal de Santo Antônio da Platina mantém convênio com o IPÊ. Entretanto o funcionário que for internado no Hospital Municipal tem que pagar 30%.

O Laboratório de Análises Clínicas que é do mesmo Hospital, tem escrito na porta "não atendemos pelo IPÊ".

É um paradoxo. Não sabemos, nem entendemos até que ponto pode chegar a imposição do poder que determina que conste compulsoriamente nas folhas de pagamento do funcionário o desconto para o IPÊ e não dá a ele o atendimento a quem tem direito.

Em face de tudo isto, vou apresentar um Requerimento solicitando do IPÊ as seguintes informações: (Lê).

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve usando dos direitos e prerrogativas que lhes são conferidas por lei:

Considerando que, fatos ligados ao Instituto de Previdência do Estado, posto de atendimento de Santo Antonio da Platina fere frontalmente o decoro, a responsabilidade e os objetivos precípuos da Previdência Social.

Considerando, que, os acontecimentos registrados naquela localidade, por anos seguidos, favorece a corrupção, ampara o suborno e anula a honra da responsabilidade — considerando que;

Os médicos que atendem pelo Instituto de Previdência do Estado exigem duas requisições para cada consulta, sem o que, negam, o atendimento solicitado.

Considerando que, no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Nossa Senhora da Saúde, Hospital que mantém convênio com o IPÊ, se vê escrito na porta. "Não atendemos pelo IPÊ".

Considerando ainda que, os descontos nas folhas de pagamentos dos funcionários públicos do Estado são efetuados compulsoriamente:

REQUER:

1º) — Seja informado pela Superintendência do IPÊ através do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, qual o motivo que tem os médicos credenciados a prestar Serviços, exigirem duas requisições do Associado enfermo para o atendimento de uma consulta;

2º) — Informar-se ainda, motivo por que, apesar do Instituto ter Convênio com o Hospital Nossa Senhora da Saúde de Santo An-

tônio da Platina, onde paga, segundo, os associados, apenas 70% das despesas, decorrentes com internamentos: não são dados atendimentos de Análise CLÍNICAS ATRAVÉS DO LABORATÓRIO existente no mesmo Hospital.

REQUER, finalmente,

Seja encaminhado, anexada às informações, cópias do balancete referente a receita e despesas ocorrido no exercício de 1974, onde se contenha a posição econômica ativa do Instituto em 31 de dezembro de 1974.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 13 de março de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

Sr. Presidente, espero que meu Requerimento tenha tramitação normal, porque quero saber, em nome dos funcionários do Estado do Paraná, onde se encontra o seu dinheiro, o dinheiro ganho no seu trabalho no impulso — namento da máquina do Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Do nosso comportamento depende o Poder Legislativo.

Neste momento em que volto à Tribuna, quero congratular-me com meus Companheiros de Bancada pelo comportamento, assiduidade e atenção, aos trabalhos deste Plenário, deste Poder Legislativo. Sem, naturalmente, desmerecimento da Bancada situacionista;

Vindo de uma região que hoje representa um dos polos principais da economia do nosso Estado, haveríamos de enfocar o problema cruscante do transporte deste produto que superou, inclusive — pelo menos em tese — o que representa para o Paraná: o café. Refiro-me ao soja. As cooperativas regionais estão a reclamar, de há muitos anos, um comportamento mais efetivo e presente do Governo do Estado, principalmente no que se refere às estradas do Oeste do Paraná, que, indistintamente, são estradas nuas, estradas poeirentas, cheias de buracos e esquecidas pelos Departamentos que delas deveriam cuidar.

Vejo, na "Gazeta do Povo", do dia 11 de março, a Gazeta Rural, um artigo referente ao início da colheita do soja, preocupados nesses agrupamentos e representação com os demais Deputados da Região, Ernesto Dal'Oglio, Edilson Alencar Barbosa e Ernesto Gnoatto.

Endereçamos e já está na Mesa Requerimento solicitando imediatas providências para a solução do problema das estradas principais, ligando Palotina, capital do soja, aos corredores de exportação à BR-277. A produção de soja em nossa Região, representa, hoje indiscutivelmente, uma medida, ou uma desmedida, uma quantidade incomensurável de di-



visas, não só para a economia do Paraná mas também para a economia brasileira, já que ali são produzidas 20 milhões de sacas.

O que equivale a dizer, 1,2 milhões de toneladas.

E qual é o meio de transporte para escoamento desse produto, senão a BR-277?

Acontece, Sr. Presidente, que a BR-277 está localizada a uma distância considerável de Palotina, cerca de 120 quilômetros e as Cooperativas principais de Palotina vêm reclamando através da imprensa, vêm reivindicando através de seus diretores, de seus representantes nas reuniões com outras cooperativas, incorporando assim um movimento cooperativista no Oeste paranaense, que ligue-se a Cascavel, Toledo, Terra Roxa e Palotina, além de outros municípios.

Usamos da Tribuna neste momento para corroborar pedido já formulado por outros representantes em outras épocas.

Solicitamos sobretudo porque o problema não é de ordem regional, mas de ordem econômico-financeira do Estado do Paraná. Somos um Estado em desenvolvimento, temos um produto primário, uma matéria prima de primeira qualidade, mas as estradas não comportam, não permitem o seu trânsito para os grandes centros.

O SR. PRESIDENTE — Comunico que falta apenas um minuto para V. Exa. terminar sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluindo nosso argumento, salientamos que as autoridades precisam se conscientizar, precisam verificar "in loco" os problemas que vamos diuturnamente trazer para a Assembléia. É um chamamento à responsabilidade das autoridades, no setor de transportes.

Faço esse apelo em nome de 1 milhão de pessoas que moram naquela Região. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A importância da agricultura no Estado do Paraná, inclusive para o desenvolvimento, de nosso Estado, cada dia que passa vem se espelhar mais aqui nesta Casa, pelo número de oradores que fazem uso da Tribuna.

A maioria, sem dúvida, trata de assuntos ligados à agricultura e ao desenvolvimento do meio rural do Paraná. Isto por dois motivos primordiais: o primeiro é que a população do Paraná se dedica à agricultura; e segundo é a maior fonte de receita do nosso Estado. Às vezes sinto-me constrangido e até decepcionado porque um Estado que necessita tanto da agricultura não encontra, para a mesma agricultura, um apoio mais vivo, maior divulgação para que as suas reivindicações, as quais são trazidas para esta Casa, mereçam a devida atenção.

Quanto aos assuntos de importância os Srs.

Deputados trazem do meio rural do Paraná a esta Casa e, às vezes, não são publicados, não se tem conhecimento. No entanto, basta um infeliz ofício solicitando aos Srs. Deputados que não portem armas para que se faça um escarcéu danado em nosso Estado.

Ainda sobre a agricultura desejo também falar nesta tarde. Ontem, ouvindo o noticiário pela televisão, com muita admiração até ouvir a notícia de que o Brasil para contornar a especulação do arroz está importando o mesmo da Itália, um país com 300.000 quilômetros quadrados. Um pouco mais que o Paraná que possui 200.000 quilômetros quadrados. Um país com uma população rural de apenas 25% está mandando arroz ao maior país agrícola do mundo. Isto é inconcebível.

O que se deveria fazer para acabar com a especulação não só do arroz como de outros produtos? Seria dar garantia melhor para o preço mínimo ao lavrador, para que ele possa vender o produto a preço compensado e não entregar o seu produto por um preço aviltante apenas para poder pagar papagaios ou empréstimos bancários. Ao final a maior paga é para os atravessadores que compram o produto, estocam para, na entressafra, vender pelos preços que eles desejam. O que precisamos é acabar com a especulação. Poder-se-ia fazer como se faz em outros países mais desenvolvidos que o Brasil. O próprio Governo garantir preços mínimos compensadores ou então o Governo compre o produto e na entressafra, garanta o preço ao consumidor para que não veja faltar no prato de seus filhos o produto necessário à sua alimentação.

Fica registrada, nesta tarde, a nossa estranheza que, num país que se alguém quiser plantar arroz pode fazê-lo até no fundo do quintal, se esteja importando arroz da Itália simplesmente para tentar, quem sabe, coibir os abusos dos atravessadores, quando as autoridades competentes do País poderiam muito bem, pôr termo a este abuso dando melhores condições aos produtores, aos agricultores brasileiros. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na última sessão desta Casa Legislativa usou a Tribuna o ilustre companheiro Deputado Otássio Pereira da Silva. Como falava no Pequeno Expediente, não tivemos condições de fazer um apelo, que hoje pretendemos fazer desta Tribuna, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito importante que todos, em nossos pronunciamentos, tenhamos determinadas cautelas especialmente em função daquele pronunciamento que ouvi na última sessão e que os Senhores todos ouviram, e, para evitar erros eu me permito ler a parte mais importante que entendo, vem mesmo fazer a muitos companheiros deste Deputado nesta Casa Legislativa.

Foi quando Sua Excelência disse que e-

xiste um verdadeiro cerceamento de liberdade em muitos de nossos municípios, e perguntava: "E como pode imperar a verdadeira democracia em nosso País, se existe o cerceamento de liberdade? É o mantenedor da ordem (continua), o Delegado de Polícia, que não mantém a ordem, prendendo companheiros nossos, como se fossem assassinos, como se fossem ladrões. E o que vemos são os nossos líderes políticos, virem à nossa procura, à procura dos Deputados do MDB para que denunciemos estas irregularidades".

É contínua, terminando o seu pronunciamento, para mim, de forma estareçada, da maneira seguinte:

"E se houver oportunidade ocuparemos - outras vezes esta Tribuna, para denunciar os municípios que estão agindo desta maneira bem como os nomes de alguns Deputados que têm colaborado para que isto aconteça, neste Estado do Paraná".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendendo que, no pronunciamento do ilustre Deputado do MDB foram feitas acusações sérias de prisões de companheiros seus, muito mais sérias do que esta acusação é a denúncia que se fez a respeito daqueles que estariam participando deste episódio.

Venho à Tribuna hoje, apenas para fazer um apelo ao ilustre Deputado que assim se pronunciou, para que traga ao conhecimento desta Casa os nomes dos Municípios e os nomes dos Deputados que estariam agindo desta forma, a fim de que pudéssemos unicamente dizer, daqui, a verdade cristalina, como deve ser dita.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão.

O SR. ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna na tarde de hoje para trazer a palavra daquela Região do Estado do Paraná que muito nos honra representar que é a Região Centro-Oeste do Paraná.

Uma região inicialmente de economia madeireira mas que caminha a passos largos, sem dúvida nenhuma, para um desenvolvimento agrícola, como outras regiões do Estado do Paraná.

Temos ouvido alguns companheiros que insistentemente vêm à Tribuna para trazer problemas da agropecuária do Paraná, e nós na tarde hoje, apesar de endossarmos, evidentemente, a atenção das autoridades governamentais ao setor agrícola do Paraná, gostaríamos de tocar num outro aspecto administrativo que nós achamos da maior importância, talvez importância básica sem a qual outros setores não poderão alcançar o desenvolvimento necessário.

Como é do conhecimento dos Senhores Deputados e de toda a população do Paraná, por ser fartamente divulgada pela imprensa, episódio que tem ocorrido nas cidades do inte-

rior do Paraná como Apucarana por exemplo, onde o setor educacional quase tem entrado em colapso. E, particularmente, trazendo a voz e as aspirações do povo da nossa região mormente do Município de Guarapuava, é que nós vamos encaminhar à Mesa um Requerimento, lançando apelo à Secretaria de Educação para que tenha a sua atenção voltada para o Município de Guarapuava porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Município de Guarapuava hoje conta com duas mil crianças em idade escolar, de seis a doze anos de idade, que não tiveram condições de se matricular no primeiro ano do Grupo Escolar, não havia ensino, não havia salas de aula, não havia carteiras. Isto, evidentemente geraria um problema maior a toda a população da nossa região, porque, vem os senhores a criança com 12 anos de idade de ainda não estava matriculada no primeiro ano primário. Desta forma, nós encaminhamos à Mesa o seguinte Requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido de determinar as providências cabíveis, visando a instalação com a maior brevidade possível, de um NÚCLEO EDUCACIONAL, que deve ser implantado na Cidade de Guarapuava, a fim de atender ao sucessivo e elevado número de alunos, os quais estão sobrecarregando os atuais Estabelecimentos de Ensino, que não oferecem as condições mínimas de ingresso de crianças em idade escolar.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos de ensino do Município de Guarapuava encontram-se atualmente, com excesso de alunos, o que tem motivado inúmeros problemas que não encontram solução, a curto e mesmo a médio prazo, aos seus dirigentes e responsáveis. Além disso em recente pesquisa efetivada no Município verificou-se que cerca de duas mil crianças se encontram sem escola, em decorrência da falta de salas de aula para atender esta demanda. Urge pois, por parte da Secretaria de Educação, a necessidade de implantação de um Núcleo Educacional, como única medida capaz de resolver o impasse educacional existente.

Proque, Sr. Presidente, desta forma, a lêm de estarmos oferecendo condições mínimas necessárias para que funcione, evidentemente a reforma de ensino em Guarapuava, nós colocando o segundo grau neste núcleo especial, estaríamos vagando centenas de salas de aula que poderiam ser aproveitadas para o primeiro grau, para as crianças que hoje não tem condições de se matricular nas escolas e da mesma forma gostaríamos de estender até ao Departamento de Obras do Estado, cramos em todo o Estado do Paraná, mormente em nos-

sa Região não tem verba suficiente nem para consertar o cano de um banheiro entupido num Grupo Escolar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Carvalho, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. JAYME CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Debatemos hoje desta Tribuna e neste primeiro contato que manteremos, de antemão queremos deixar aqui os nossos cumprimentos a todos quantos para esta Casa vieram e no mesmo momento em que cumprimentamos os Srs. Deputados, tanto os Deputados do meu Partido, como os Deputados do Partido do Governo, desejamo-lhes a todos, indistintamente, muita sorte, que Deus na sua infinita bondade faça descer sua inteligência a cada um de nós, eis que nós temos uma grande responsabilidade a cumprir. Cincoente e quatro homens, dos quais o povo confiou.

E queremos dizer, que trazemos a voz do Vale do Piquiri, do Vale das esperanças, do vale esquecido até hoje pelos governos que desfilaram neste Estado. Estamos ainda, e que Deus permita isto, continua conosco impregnados os compromissos assumidos durante a campanha.

Aliás, disse muito bem o líder do Governo há três dias nesta Casa, quando se discutia o Requerimento do nobre Deputado Valter Pistrângelo, de que ele tinha a impressão de que o MDB, os homens do MDB com assento nesta Casa, não haviam se esquecido da talvez, da campanha política que se findou em 15 de novembro. Ouvimos com atenção as palavras do Líder do Governo e realmente, V.Exa. está com a razão. O MDB não se esqueceu da campanha, porque foi naquela campanha que nós, nos palanques, nas rádios e nas emissoras de televisão, dizíamos ao povo que se viessemos para esta Casa, haveríamos de representá-la à altura. O MDB não se esqueceu mesmo das promessas feitas durante a nossa campanha política.

Sr. Presidente, ocupamos a Tribuna, para fazermos a apresentação de três Requerimentos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o Plenário, requer a V. Exa. se digne oficiar à Seção de Investigações Criminais requisitando certidão de depoimento do cidadão Mozart Loures Xavier, prestado no dia 10 de março do corrente ano, às 21 horas, perante o Sr. Delegado da Delegacia de Furtos de Automóvel desta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

E nós, Sr. Presidente, justificamos verbalmente. Goio-Erê como toda a cidade do interior, tem sido vítima de assaltos por elementos que se dizem funcionários da Polícia,

geralmente não o são. São aventureiros que deixam esta Capital depois de fazerem um curso de malandragem e rumam para o interior onde usam e abusam da boa fé do povo humilde e dão ao trabalho da agricultura.

Queremos, Sr. Presidente, esta informação com a maior urgência para que possamos nos inteirar dos fatos existentes na Delegacia de Polícia de Goio-Erê e denunciar os responsáveis pelos abusos que estão praticando.

Mais um Requerimento, Sr. Presidente, que passarei a ler. (Lê):

#### REQUERIMENTO

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, requer a V. Exa., depois de ouvido o Plenário, se digne oficiar ao Sr. Chefe da Polícia Civil do Paraná, no sentido de que o mesmo, com a máxima urgência, forneça a este Deputado e a esta Casa, o seguinte:

- a) - existem alguns elementos da Polícia Civil à disposição da Delegacia de Goioerê?
- b) - em caso positivo, quais são?

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975:

Justificando, Sr. Presidente, este cidadão Mozart Loures Xavier, foi detido na cidade de Goioerê, como suspeito de furto de automóveis.

Mantemos naquela cidade um escritório de advocacia com mais dois colegas advogados. Impetramos "habeas corpus". Este cidadão foi sequestrado para a cidade de Nova Aurora, lá seviciado, maltratado, espancado. Quando o advogado chegou a Nova Aurora, foi negada a presença daquele cidadão. Foi encaminhado para Cascavel e de lá para esta Capital. Conseguimos, depois de quatro dias de luta, localizá-lo na Delegacia de Furtos de Automóveis da Capital.

Acontece, Sr. Presidente, que em seu depoimento este cidadão disse ter estado preso em Goioerê, juntamente com um perigoso ladrão de automóveis procurado pela Polícia



cia do Paraná, de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, segundo o Delegado de Polícia da Delegacia de Furtos de Automóveis desta Capital.

Em seu depoimento, ele disse que foi tentado por um Agente de Polícia de Goioerê que, para nós, não pertence ao Quadro da Polícia Civil e não está à disposição da Polícia de Goioerê por ordem da Delegacia da Capital. Foi tentado para que desse ao Agente e ao Delegado uma camioneta "Pick-up" C-10, para conseguir sua liberdade. Dizia mais o Agente: "Faça como o Hoffmann que deu ao Delegado e ao Agente de Polícia uma Variant e um Volks para conseguir sua liberdade".

Isto não é de se estranhar, é do conhecimento de todos os Deputados, é do conhecimento de V. Exa., Sr. Presidente, que no Paraná isto já é costume. Já é praxe se comprar Delegados para que a desordem continue. E comprando Delegados e Delegados e Agentes se vendendo, cai muitas vezes com pedidos desta natureza sobre um homem humilde do trabalho.

Estamos requerendo certidão ou xerox daquele depoimento para que possamos, desta Tribuna, denunciar S. Exa., se assim posso dizer, o Delegado de Polícia de Goioerê, bem como os Agentes que com ele trabalham, roubando, ludibriando, o povo, ao invés de fazer daquela cidade uma cidade ordeira, leva desordem, injustiça, massacre.

Outro Requerimento, Sr. Presidente, que encaminho à Mesa nesta tarde, está vazio do seguinte teor: (lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, requer a V. Excia. depois de ouvido o Plenário, se dignar oficial ao D.E.R. e ao D.N.E.R. no sentido de que forneça, com a máxima urgência, informações sobre a situação em que se encontra o projeto da estrada que une Campo Mourão a Goio-erê.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

Sr. Presidente, dizia eu, em minha campanha política, no programa de televisão, uma história que é quase verdadeira. Dizia eu

que morava em Goio-erê, e que margeando meu Município, passava um rio de nome Piquiri, que divide os municípios de Goio-erê, Formosa e Nova Aurora. Dizia eu, naquela programação de televisão, que, antigamente, às margens do Rio Piquiri, serviam para o plantio de batatinha, porque batatinha só se planta em lugar de terra fofa e arejada. Mas, tantas pedras fundamentais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocadas nas barrancas daquele Rio, para construção de pontes e dessa estrada decantada. O Rio Piquiri, hoje, em suas margens, só produz capim colônio, fruto das pedras fundamentais lá colocadas pelo Governo Ney Braga, pelo Governo Paulo Pimentel, pelo Governo Leon Peres, pelo Governo Parigot de Souza, pelo Governo Emílio Gomes, Chegou-se, Sr. Presidente, como de costume, na campanha eleitoreira da ARENA, na campanha passada, a se estaquear essa estrada Campo-Mourão-Goio-erê, dizendo ao povo, ao eleitor, de que, em setembro, o Governo Emílio Gomes haveria de dar início à construção dessa estrada que o povo espera desde Ney Braga.

Chegou-se a fazer buracos, dizendo que as máquinas viriam.

Passou setembro. Diziam os homens do Governo, na ganância de votos, de que em Setembro seria impossível, mas que, em outubro, lá estariam as máquinas. Passou outubro de 74. Prometeram para dezembro, como quem diz: "vamos enganar os bobos do Vale do Piquiri, os quais já temos enganado há 20 anos". E mudaram a data para janeiro, mudaram para fevereiro. E, daqui a dois dias, talvez para felicidade do Paraná, deixa o Governo o Sr. Emílio Gomes, sem que nossa estrada tivesse seu início.

E nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do Vale do Piquiri, do "vale da esperança", porque esperamos alguma coisa do Governo do Paraná, há 20 anos, sofrendo calados, constantemente e sustentando o Paraná com soja, com trigo, com nossa hortelã, com nosso arroz, com nosso feijão, com nosso café, com nosso gado. É o povo sofrido do Vale do Piquiri, há 20 anos. E não queremos que aconteça conosco o que aconteceu com Fukochima, aquele japonês que se radicou em Apucarana, há 40 anos, porque diziam para ele que lá chegaria a estrada de ferro Ponta Grossa-Apucarana. 40 anos esse japonês esperou. O Vale do Piquiri, Sr. Presidente, que não veio do Japão, mas é formado de homens do Brasil, do Nordeste brasileiro, lutando e trabalhando pelo progresso deste Estado e deste País, homens humildes e homens do campo e que, como Fukochima, espera há 40 anos.

Já esperamos demais e este é o motivo pelo qual encaminhamos à Mesa pedido de informações, porque muitas festas se fizeram, muitas pedras fundamentais foram lançadas. Os bois que já se mataram naquela região, as festas para receber os governantes, geralmente às vésperas da eleição, as pedras fundamentais, todo esse dinheiro gasto com bois e festas seria suficiente para nos dar



a estrada e para que pudéssemos, com mais facilidade, alimentar o povo paranaense e até S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

Extra-oficialmente, - vejo com vergonha - mas extra-oficialmente temos a informação de que a estrada Campo Mourão-Goio-Erê ainda se encontra em forma de anteprojeto de engenharia e as festas já foram feitas, e os bois injustamente morrendo, e o povo está no pó e na lama. Então, Sr. Presidente, queremos encaminhar a V. Exa. um pedido de informações.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Quero congratular-me inteiramente com o pronunciamento de V. Exa., com referência à passagem sobre o Rio Piquiri, com referência à ligação asfáltica entre Campo Mourão, Guaíra, Formosa, Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Cascavel e queremos afirmar também que a ausência dessas obras se constitui, entre tantos crimes administrativos, num dos maiores.

Percorrendo durante tantos anos aquela região, na nossa atividade de reporter da "Folha de Londrina", conhecemos a exuberância daquela Região. Dados estatísticos em profusão têm sido divulgados, têm sido remetidos às autoridades competentes.

A palavra das autoridades daquela Região do Oeste do Paraná, tem vindo ao encontro das autoridades administrativas do Estado e do Governo Federal, pedindo providências, pedindo a presença do poder público competente. Mas a região continua esquecida, marginalizada. Hipotecamos inteira solidariedade ao pronunciamento do eminente Deputado que está na Tribuna e hipotecamos também esperanças de que o próximo Governo do Estado possa dar ressonância às suas reivindicações. Que o Ministério dos Transportes, cujo Ministro anterior, Coronel Mário Andreazza, marginalizou o Paraná, acho que por questões sociais, desvinculado da gestão governamental de nosso Estado que, agora, esse Ministério possa ouvir as reivindicações justas e legítimas daquele povo, para que a passagem sobre o Rio Piquiri, para que a ligação asfáltica pretendida possam ser conquistadas e esse corredor de exportação receba, com normalidade, a produção compatível, efetivamente extraordinária que brota do seio fértil daquela região, que brota dos braços dos trabalhadores de Goio-Erê, Formosa do Oeste, Nova Aurora e Assis Chateaubriand.

O SR. JAYME CARVALHO - Muito obrigado pelo aparte e pela preocupação que V. Exa., como representante do povo, tem pela nossa Região.

Sr. Presidente, fica o nosso apelo neste pedido urgente de informação. Ninguém mais que V. Exa., que tem colégio eleitoral em Moreira Sales, pode avaliar a grandeza e a justiça de nosso pedido. O povo está cansado de passar numa picada que o Governo do Estado apelidou de estrada; o povo não suporta mais isto. Este o motivo, Sr. Presi-

dente, pelo qual ocupamos esta Tribuna. Quando assumimos esta Tribuna falamos, sem dúvida, em nome de mais de 200 mil habitantes que perfazem a região de Goio-Erê, Pinhalzinho, Boa Esperança, Moreira Sales, Nova Aurora, Formosa e Assis Chateaubriand. Estamos aqui os Deputados da região empenhados no sentido de que sejamos também atendidos.

O SR. EDILSON BARBOSA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero, inicialmente, parabenizar-me com o nobre orador desta tarde que, pelo palavreado, está empolgando e está retratando fielmente a nossa Região do Vale do Piquiri.

Parece, nobre Deputado, que o Governo quer ainda continuar a marginalizar o nosso Vale do Piquiri. Li recentemente na "Folha de Londrina" que se pretende construir uma vicinal ligando Assis Chateaubriand, passando por Formosa, Goio-Erê e Mariluz vindo até Cruzeiro do Oeste, estrada de revestimento primário, não estrada asfaltada. Esta a razão porque estou fazendo minhas as suas palavras e deixo o meu protesto veemente contra a omissão do Governo em relação ao nosso querido e progressista Vale do Piquiri que está crescendo vertiginosamente graças ao trabalho e ao esforço do próprio homem que engrandece e enriquece nossa Região. Haja visto que o Governo do Estado, como o Governo Federal continua e parece que irá continuar ainda a esquecer o nosso Vale Piquiri com esta estrada que, por sinal, não se refere à ponte, parecendo que está querendo deixar patenteado que irá continuar a ir, irá perdurar, ainda em nossa Região Oeste do Paraná, apenas balsas que, desta Tribuna, há pouco tempo, denunciei às autoridades competentes. Denunciei, naquela ocasião, os abusos exorbitantes, o crime que está se praticando contra a população do Oeste do Paraná. Era isto que tinha a dizer a V. Exa. e parabéns pelo brilhante pronunciamento.

O SR. JAYME CARVALHO - Muito obrigado pelo aparte. Não se chama balsa, mas "fábrica de viúvas".

O SR. GABRIEL SAMPAIO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). inicialmente as minhas congratulações pelo seu pronunciamento. V. Exa. é conhecido naquela Região como um dos maiores advogados, impressionando o júri. Seu nome e sua fama extravasam a Região de Goio-Erê, portanto nós desculpamos o seu exagero em alguns pontos, uma vez que V. Exa., quando em campanha política ocupava as câmeras do Canal 11 de Apucarana foi muito aplaudido com estórias das batatinhas. Mas eu pediria a V. Exa., apenas como observador, não tenho conhecimento em profundidade daquela Região, mas, pediria a V. Exa. que se restringisse a comentar e criticar as atuações anteriores, para que deixássemos em aberto a questão com relação ao futuro Governo do Sr. Jayme Canet.

Nós, como V. Exa. já teve oportunidade de ouvir, já ocupamos a Tribuna desta Ca

sa para criticar homens do atual Secretaria do do Governo do Ser. Emílio Gomes, mas, temos a esperança e a certeza de que, com Jayme Canet, erros e omissões do passado serão sepultados, para que possa tealmente o Paraná encontrar seu melhor futuro e seu melhor destino. Diria mais a V. Exa:

Que, problemas que se avolumam e V. Exa. tem conhecimento disto, quando os asfaltos chegam a lugares mais distantes, às regiões que não os tem e que os reivindicam, que imploram, portanto, num País como o nosso em que os problemas se avolumam, nós temos que dar também, como um critério de bom senso, ao Governo, a oportunidade de reavaliar seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO - Quero dizer a V. Exa. que nós, quanto à estrada Campo Mourão/Goio-Erê, enquanto não sair haveremos de tecer duras e merecidas críticas aos Governos que passaram.

Depositamos no Governador Jayme Canet, a esperança do Vale do Piquiri que nós, como o japonês que esperou tantos anos, vamos esperar por mais 4 anos, e, haveremos de criticá-lo à hora oportuna se não fôr atendido o nosso anseio. Tantas outras estradas em lugares que não tinham prioridade, pela produção, já foram feitas porque os políticos puxaram! Vamos confiar, e fica a nossa esperança. Porisso que nós ocupamos, 2 dias antes da saída do Governador, esta Tribuna e aqui haveremos de voltar com o mesmo assunto, a fim de fazermos um apelo, evidentemente, quando assumir o novo Governador e, se Deus quiser nós, que esperamos há 20 anos, teremos a nossa estrada e talvez uma estrada que se possa percorrer - não quero ter a decepção do japonês que esperou 40 anos e não viu o trem chegar, caiu a barreira.

O SR. ENEAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei o aparte para declarar a minha imensa satisfação como homem de Partido, de ver V. Exa. na Tribuna, cumprindo com fidelidade, o papel que lhe cabe aqui neste Legislativo; participante e entusiasta de tantas campanhas cívicas e inclusive até de campanhas eleitorais, a última das quais lhe dá o ensejo de aqui estar, vejo, com satisfação e com orgulho partidário que, outro, do esmaltado rótulo que aqui nos cabe usar e deferir, de Deputado, está presente nesta Casa mais do nunca, para orgulho do MDB, o defensor de Goioerê.

Quero dizer a V. Exa. que, sem qualquer exigência possa V. Exa. ter cometido, o exagero maior é de base administrativa que tem esquecido até de tantas regiões de nosso Estado. Era o aparte para congratular-me com V. Exa.

O SR. JAYME CARVALHO - Muito obrigado. Terminando nossas palavras, queremos nos congratular aqui com aqueles nossos companheiros recrutados da ARENA e do MDB, no tocante à agricultura, soja, algodão e os pro-

blemas da nossa Região, para colaborarmos com eles e dizer simplesmente que nós representantes do povo, falando pelo povo, desta Tribuna, não queremos milagres do Governo no atendimento ao agricultor paranaense, queremos unicamente e, simplesmente, que o Governo cumpra o que prometeu porque foi ele quem disse: Plantem que eu garanto. Queremos que o Governo simplesmente cumpra a promessa e num dos dias passados, Sr. Presidente, um dos Deputados que aqui disse, pedindo providências para a safra do ano que vem: se no ano que vem, o nosso lavrador não for atendido morrerá este ano mesmo. O problema está aí e não se pode esperar a safra do ano que vem.

O SR. DENY SCHWARTZ - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero congratular-me com o nobre Deputado Jayme Carvalho, com relação às pedras fundamentais. Permita-me prestar, neste aparte, esclarecimentos à Casa, que o nobre Deputado que há pouco falou a respeito do novo Governo, não deve ter ainda tido a informação de que o Secretário de Obras deste Estado, o atual Secretário, assumirá um cargo no novo Governo, cargo que eu reputo até mais importante que o atual. Será, segundo a imprensa divulgou, o Presidente da Sanepar, por isso, neste momento, queremos apenas prestar este esclarecimento. Já, em outra oportunidade, o nobre Deputado tecendo críticas ao atual Secretário de Obras, disse que esperava não ver ocorrer novamente casos como este, mas no dizer dele, infelizmente se for o caso, isto ocorreria porque o Secretário de Obras, segundo a imprensa, deverá ser o novo Presidente da Sanepar.

O SR. JAYME CARVALHO - São estas as nossas palavras e já encaminharemos a V. Exa. os Requerimentos que formulamos.  
- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela ordem). Sr. Presidente, sem nenhum propósito, para indagar de V. Exa., Sr. Presidente, para que hora está previsto o encerramento do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE - 16 horas e 45 minutos.

O SR. IVO THOMAZONI - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSVALDO MACEDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não era nossa intenção no dia de hoje trazer qualquer assunto a debate nesta semana de mudança do Governo porque aparentemente, tudo separa.

Mas, não obstante, a apatia com que todo o Paraná espera a mudança de mais um governo que se aproxima, é bem provável e até bem possível que ainda no exterior deste que está saindo, alguma coisa ainda ocorra, em prejuízo dos interesses do Paraná. E para levantar este alerta, e para dizer a pa-

lavra "basta" àqueles que neste final, ainda podem cometer algum fato de grave contra a economia paranaense, é que ocupamos a Tribuna, não para fazer afirmações, e sim, para fazer indagações.

É essas indagações serão consubstanciadas no Requerimento que apresentaremos à mesa para a votação do Plenário.

Mas antes que o apresentemos, queria lembrar que ainda ontem, um homem do povo, perguntou-nos porque não havia nenhuma cogitação, nenhuma especulação em torno da próxima Diretoria da Cia. Paranaense de Telecomunicações - TELEPAR -, a segunda maior empresa do Paraná. Fala-se de nome para tal ou para qual, mas até agora houve absoluto silêncio com relação à TELEPAR e pergunta-se porquê.

Vejo que a TELEPAR é uma empresa que segundo os seus relatórios e os seus balanços, que são verdadeiros se não mentirosos, é uma empresa que tem crescido. O seu balanço, e o seu relatório e a Diretoria em 1973 diz que em 72, seu capital era de Cr \$ 266.178.052,94; Em 1973 o seu capital foi de Cr \$ 502.124.205,33.

O balanço de 1974 já apresenta a TELEPAR com um capital de Cr\$ 880.491.615,02. Neste mesmo exercício de 74, a TELEPAR apresentou um lucro de Cr\$ 51.272.912,86. É uma empresa que tem crescido, que tem apresentado bons resultados econômicos. Mas eis que de repente, surge um comentário de que esta empresa estaria tramando, estaria preparando a entrega do controle acionário da TELEPAR à TELEBRÁS. Uma empresa criada pelo Governo Federal, que não apresentou até agora nenhum black-out, nenhuma experiência administrativa para cuidar dos serviços de telefonia em qualquer parte do País. E vejo ao examinar a documentação que todo o black-out havia sido preparado.

Pois dentre as leis aprovadas por esta Assembléia no ano passado, assim de afogadinho, eis que o nosso Líder, Deputado Muggiati Filho, já denunciou, de que precisaria ser revistas. Consta ter sido aprovada por esta Assembléia Legislativa do Paraná, em 1º-06-74 com publicação feita pelo "Diário do Paraná" ou melhor, pelo Diário Oficial em 12 do mesmo ano, a Lei 6.552, que em seu artigo 1º diz que "o controle acionário da TELEPAR poderá ser exercido pelo Estado ou por uma entidade de administração federal, ou estadual, municipal, isolada ou em conjunto. Que a TELEPAR tem já o seu controle, acionário nas mãos do Estado, nós já sabemos não sei como, que o Estado do Paraná poderia dividir este controle com os Municípios, quando se sabe que a TELEPAR pretende absorver as poucas empresas municipais que mantêm serviço telefônico no Estado. O objetivo é de se entregar o controle acionário da TELEPAR à TELEBRÁS, recentemente criada.

Qual a razão, se a TELEPAR apresenta bons resultados em todos os exercícios? Qual a razão se a TELEPAR aumenta o capital de ano para ano? Qual a razão se a TELEPAR a-

presenta bons resultados em cada exercício?

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para esclarecer a V. Exa. que o controle acionário da TELEPAR não pertence ao Governo do Estado do Paraná. Através de lei votada por esta Casa, demos o poder acionário da TELEPAR à TELEBRÁS que tem poder de nomear até os Diretores da TELEPAR. Isto foi objeto de muita discussão nesta Casa em face da necessidade de aplicação de maior soma de recursos no plano de expansão de nosso Estado que, diga-se de passagem, é o melhor do Brasil e está hoje com a TELEBRÁS. Quer me parecer estar a TELEPAR dando cumprimento ao que foi planejado em termos de telecomunicações. É com orgulho que digo que Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, que é tão criticado por falta de maior número de obras públicas, tem já seu DDD inaugurado muito antes que na terra do Senador Paulista Quêrcia, que é de Campinas.

O Paraná está à frente de São Paulo em telecomunicações.

Dou a informação para que possam verificar que o controle acionário da TELEPAR não pertence ao Governo do Estado e sim à TELEBRÁS.

O SR. OSVALDO MACEDO - Lamentável esta informação. Prevíamos que o mal não tivesse sido cometido, mas o Líder do Governo diz que já foi praticado. Isto muito me surpreende porque no Rio Grande do Sul a Cia. Telefônica resistiu e não entregou o controle acionário à TELEBRÁS.

O SR. IVO THOMAZONI - Para dialogar com V.

Exa. que tem sido tão democrata neste sentido, posso assegurar que o Governo do Rio Grande do Sul não tem condições de aplicar importâncias que sejam, no montante, suficientes para manter o controle das Companhias estaduais de Telecomunicações. Fatalmente o Rio Grande do Sul incorrera em duas opções. Primeira, não expande seu programa de telecomunicações ou entrega seu controle à TELEBRÁS, porque o que a TELEBRÁS tem dado em injeção de recursos representa, hoje, também como dinheiro reembolsável dentro de determinado prazo que decorrido e não cumpridas as cláusulas da obtenção de empréstimo, será fatalmente convertido em ações daquela Companhia.

No Rio Grande do Sul estamos informados de que a empresa não tem condições orçamentárias para fazer frente a este cumprimento. Fatalmente irá para o caminho que fomos e não vemos prejuízo que tenhamos sofrido no setor de telecomunicações porque estamos a ver que a TELEPAR está cumprindo, rigorosamente, o que se dispôs a fazer.

O SR. OSVALDO MACEDO - Tendo até bons lucros.

Mas me surpreendo quando se diz que a empresa estadual não tem recursos para cumprir sua responsabilidade administrativa no setor de telecomunicações, quando sabemos



que os recursos da TELEBRÁS provem do fundo telefônico nacional, que são contribuições dos usuários de todo o País. Não é verba da rubrica orçamentária da União, mas do Fundo Telefônico esse dinheiro que a TELEBRÁS entrega às empresas estaduais.

E, ao que estamos informados - não sabemos bem e desejamos maiores informações - é quanto deve a TELEPAK, se é 100 milhões de cruzeiros, só num ano e que teve lucro de 50 milhões de cruzeiros. Então, é um mau negócio, um péssimo negócio para o Paraná. Ainda mais, quando o Paraná, o povo do Paraná, não sabia que o controle da TELEPAK pertenceu à TELEBRÁS; nem os próprios funcionários dessa empresa sabiam que o seu controle era da TELEBRÁS.

E muito nos surpreende que isso aconteça; principalmente agora, quando o Senhor Presidente da República levanta sua voz para dizer que basta de centralização administrativa. O próprio Presidente da República, se preocupa em fazer voltar aos Estados os poderes que a União lhes retirou.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, solicito de V. Exa. mais um aparte, para dizer que a Assembleia Legislativa do Estado foi convocada pelo Comandante Quandt de Oliveira, quando S. Exa., hoje Ministro das Telecomunicações, presidia a TELEBRÁS. E nós eu principalmente, defendia a permanência do controle acionário da TELEPAR pelo Governo do Estado. Mas, verificamos que, em virtude de ser necessário a realização de um grande número de obras que só seriam possíveis através de recursos vultosos do Governo Federal, concordamos que o controle da TELEPAR passasse à TELEBRÁS. É bem verdade que o Governo do Estado exigiu determinadas concessões de ordem administrativa, inclusive, V. Exa. pode verificar que, à frente dos destinos da TELEPAR, não existe nenhum cargo técnico, nenhum cargo de direção, ou de responsabilidade, que não seja ocupado por paranaenses, conhecedores profundos dos problemas desse setor, em nossa terra. Mas, isso não quer significar, absolutamente, o controle acionário dessa Companhia em mãos de uma empresa nacional, não significa a imposição de homens estranhos ao nosso meio, na direção dessa mesma Companhia. E essa distribuição, de lucros, que V. Exa. acaba de mencionar foi toda ela aplicada em ampliação, investimentos e obras dessa empresa.

Deus queira que continue dando lucros, porque o lucro, é exíguo, é bem verdade, mas os acionistas recebem, religiosamente seus dividendos.

Não vejo porque se dizer que o controle acionário da TELEPAR pelo Governo Federal, ou seja, pela TELEBRÁS, signifique mais sacre para o povo.

O SR. JAYME CARVALHO - Até o erro se justifica. Há justificativa para tudo.

Mas, o que surpreende é que o Paraná não tenha conhecimento disso. Naturalmente,

essa lei aprovada de sfogadilho, pelo "rolo compressor" que havia nesta Casa.

Mas, devemos lembrar que não admitiremos que nada mais se faça dessa forma, sem que o Paraná tenha conhecimento, e possa concordar ou admitir, e não assistiremos, passivamente que se continue essa situação. E ainda mais que se queira reduzir os poderes do Estado, para reduzir sua competência ou sua capacidade, da mesma forma que entendemos que a Federação deve ser restabelecida em toda sua plenitude, não vejo porque não poderá o Paraná ter o controle acionário de uma empresa.

O SR. ENEAS FARIA - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero parabenizar-me com a tese que V. Exa. levanta.

Segundo as informações que se pode colher e de maneira rápida, definitiva, a matéria não recebeu debate e a discussão que merecia, em razão de seu profundo relevo na vida do Estado do Paraná. Por outro lado, também a informação que circula é de que, embora esta Assembleia, em outras legislaturas tenha autorizado a se proceder a entrega do controle acionário à Telepar, efetivamente tal fato ainda não ocorreu. Portanto, ainda é hora de se lutar, ainda é hora de discutir, ainda é hora de se rever e se restabelecer uma nova definição. Tem V. Exa. toda razão. Parabéns a V. Exa. pela luta que está começando.

O SR. OSVALDO MACEDO - Muito obrigado, nobre Deputado, foi justamente a informação que nos chegou, de que o controle acionário não havia ainda sido efetivado. Fomos informados de que o Presidente da TELEPAR foi chamado urgente a Brasília e tínhamos como ainda tememos, que nos estertores deste Governo, se faça a transferência.

O SR. IVO THOMAZONI - Existe autorização legislativa para que se transfira.

O SR. OSVALDO MACEDO - Aprovada pelo rolo compressor.

O SR. IVO THOMAZONI - Como V. Exa. quiser.

O SR. OSVALDO MACEDO - Como já foi frisado, o assunto não foi debatido como deveria, o Paraná não tomou conhecimento e tenho provas que há funcionários categorizados da Telepar que não têm conhecimento de que esse controle acionário foi transferido por esta Casa, que deu autorização sem debater o assunto. Pode desautorizar, pode aprovar outro plano, outra lei. E é isso que proporemos, se ainda houver tempo e se ainda esse mal não foi cometido neste final de semana, porque ao que estou informado, nem o próximo Governo pretende transferir.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento). Permitiria-me continuar dialogando com V. Exa. e sem querer ser irreverente. Mas, nobre Deputado eu me permitiria dizer que V. Exa. terá que voltar à Tribuna com outras teses semelhantes a essa. Teses de valor idêntico a esta



que V. Exa. trará porque também são tão regionalistas como essa, e tão importantes para o Paraná.

Quando discutimos com o Sr. Quandt de Oliveira, contrários à medida, antes do convencimento pleno, diante das argumentações, levantadas por S. Exa. o ex-Ministro, eu apontava o fato de que não queríamos ver mutilada uma companhia que era o orgulho do Paraná. Referia-me nobre Deputado, ao fato de que também o Ministério de Minas e Energia, em relação à Copel e Eletrosul, estava desprestigiando o Paraná, quando considerava nosso potencial energético, potencial de rios, como sendo de exploração para implantação de obras energéticas, de exclusiva competência da Eletrosul. Era uma tese bonita, simpática, até eleitoreira.

O SR. OSVALDO MACEDO - Evidentemente que não foi eleitoreira.

O SR. IVO THOMAZONI - Também eleitoreira por que simpática. Nada que é simpático ao povo, deixa de ter o seu lado de motivação eleitoral. Mas, verifiquei que os recursos da Copel, se comparados com os recursos da Eletrosul não se comparam com as obras de grande vulto como a Usina de Salto Osório e outras tantas programadas, se Deus quiser, a curto e médio prazo para injetar maior soma de quilovats em nosso desenvolvimento.

V. Exa., assim como os demais nobres Deputados do MDB, não levantar estas teses tão simpáticas mas que no fundo todas elas, se analisadas, terão a nossa compreensão em termos de Brasil desde que se trate de aperfeiçoar um serviço de utilidade pública não podemos ser intransigentes em termos regionalistas a ponto de prejudicarmos o povo quando ele pode obter cursos de qualquer nível de escalonamento para construir obras secundárias e colocá-las a serviço da população.

Por este ponto, espero que V. Exa. não tenha a contrária porque queremos sempre a favor do Paraná.

O SR. OSVALDO MACEDO - Nobre Deputado, não se trata de regionalismo. Se o nobre Deputado, seus companheiros e colegas da legislatura anterior tivessem tido a preocupação de debater o assunto sob outro aspecto, talvez não tivessem aceito as ponderações do atual Ministro das Comunicações. Antes de regionalismo entendemos que se deva restabelecer a Federação. Retornar aos Estados os poderes que foram retirados dos Estados aí, então, eu creio que até com uma reforma tributária se restituiria não somente aos Estados, mas também aos Municípios a autoridade e o poder de um centralismo exagerado lhes tirou e que hoje já causa danos e causa preocupação até ao Presidente da República.

Creio que o assunto não está encerrado. Esta Casa não perderá a soberania porque alguém disse que assim deve ser. Nem sempre o que parece realmente é. Por isto é que encaminhamos à Casa esta indagação, mas antes servindo como alerta para que não se cometa

este mal e para que esta Casa tenha oportunidade de voltar a debater o assunto com maior cautela. (Le):

"Senhor Presidente.

Requeremos a V. Exa. que, ouvido o Plenário, determine o encaminhamento de expediente à Companhia de Telecomunicações do Paraná - Telepar, para dentro do prazo e sob as penas da lei, prestar a esta Casa as seguintes informações:

1º) - Qual o débito atual da Telepar para com a Telebrás, a sua origem, a data em que foi contraído e de onde provieram os recursos para o possível empréstimo?

2º) - Em que nível e em que sentido tem sido o relacionamento da Telepar com a Telebrás?

3º) - Existe algum entendimento ou negociação no sentido de transferir o controle acionário da Telepar à Telebrás? Em que fase se encontra?

4º) - Se positiva a resposta anterior, informar de quem foi a iniciativa dos entendimentos objetivando a transferência do controle acionário? Quem tem representado a Telepar nessas negociações?

5º) - Tem a Telepar conhecimento do comportamento da Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul diante das pretensões da Telebrás de obter o seu controle?

6º) - Qual o relacionamento atual e quais as intenções ou pretensões da Telepar com relação às empresas que exploram os serviços de telefonia nas cidades de Paranaíba, Ponta Grossa e Londrina?

Sala das Sessões, em 13 de março de 1975

a) OSVALDO MACEDO"

Assim esperamos que nada se faça às escondidas, que nada se faça calar e que tudo se faça às claras para o bem do Paraná. Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apresssei-me em vir aqui em socorro a este pensamento, porque me pareceu oportuno lembrar que, embora já claudicante, no fim da vida, o Governo do Paraná na pessoa do Governador Paragot de Souza levantou-se contra este problema e se apressou - isto, temos informações da própria COPEL - apressou-se em evitar que a ELETROSUL incorporasse ao seu patrimônio, a COPEL, e por isso apressou-se em fazer ligeiro o projeto da Usina de Foz da Areia, que está sendo processado; por outro lado, o grande temor que nós temos, que nós estamos vislumbrando no problema da telecomunicações do Paraná, é que ela despontou em todo o Brasil como a primeira, e serviu de exemplo a outras empresas de outros Estados, e, o temos que nos afigura, o temos que nos ocorre é justamente de que a TELEBRÁS vai paralisar para que outros Estados do Brasil, incorporados à ELETROBRÁS, venha estagnar o progresso das telecomunicações do Paraná.

O SR. OSVALDO MACEDO - Agradeço o aparte do nobre Deputado, e gostaria de lembrar que, submetemos este assunto a debate...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa informa o nobre Deputado que, dispõe apenas de 2 minutos para concluir.

O SR. OSVALDO MACEDO - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaríamos de pôr em debate, nesta legislatura, outro grande problema do Paraná, e não era nossa intenção fazê-lo sem a mudança de Governo, mas, de im pedir que, ao final, este mal se pratique. Voltaremos ao assunto, já na próxima semana.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente. - Necessita de apoio. - Apoiado. - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 70/72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo criar sob Regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada a aprendizagem industrial, na Cidade de União da Vitória. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/73, de autoria do Dep. Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", da Cidade de Ibatí. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 8/74, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, o Albergue Noturno Olímpia Ferreira da Cidade de Alvorada do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 29/73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que institui o Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros, com a finalidade que especifica. Parecer favorável da C.C.J. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 97/73, de autoria do Dep. Ulavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria da A-

gricultura, com sede no Município de Ibiaporã. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

# PROJETO DE LEI Nº 97/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura, com sede em Ibiaporã.

Art. 2º - A doação ficará isenta do Imposto de Transmissão de Propriedades de Inter Vivos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973.

a) OLAVO FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Agricultura possui no município de Ibiaporã uma área de terras destinadas a uso como Fazenda Experimental de Criação. Entretanto, trata-se de terras irregulares e "quebradas", o que dificulta o desenvolvimento da atividade da Secretaria, levando-a a exercê-la em outras propriedades disseminadas no Estado.

A Universidade Estadual de Londrina, que nos termos do art. 25º, § 1º, da Lei nº 6.034, é órgão de execução delegada de serviços públicos estaduais, possui o curso de Medicina Veterinária, atualmente no ciclo de estudos básicos. A ele se seguirá o ciclo de estudos clínicos, ocasião em que terá necessidade de dispor de área rural apropriada para estudos práticos, pesquisas e estágios de estudantes.

O imóvel em questão será de grande utilidade para a Universidade, pois que se situa nas proximidades desta e é servido por comunicação asfáltica.

Temos certeza que a própria Secretaria de Agricultura convidará conosco sobre o acerto da transferência, pois com a medida que propomos a área será realmente utilizada para os fins a que se destina, além de proporcionar à Fundação Universidade Estadual de Londrina os meios necessários para a execução de seus programas de ensino.

Pelos motivos expostos é que apresentamos o presente plano de lei e para o qual esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 97/73

P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido à deliberação desta Comissão, é autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação U

niversidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Agricultura, com sede em Ibiporã e ao mesmo tempo isentar a doação do Imposto de Transmissão de Propriedades Inter Vivos.

Muito embora a justificativa do Projeto seja das mais convincentes e a iniciativa do autor da proposição das mais louváveis, a medida esbarra no obstáculo constitucional, quando autoriza o Poder Executivo isentar a doação acima proposta, do Imposto de Transmissão de Propriedades Inter Vivos, que expressamente dispõe sobre a competência do Poder Executivo a iniciativa das Leis que de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública (art. 35 da Carta Estadual).

Se não bastasse podemos invocar o artigo 47 da mesma constituição, quando estabelece a competência privativa do Governador para iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira.

Destarte, por ser inconstitucional opinamos pela REJEIÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13/6/73.

a) ANTONIO BRANCO - Presidente

a) NELSON BUFFARÁ - Relator

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 97/73

1 - O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado OLAVO FERREIRA, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, localizada no Município de Ibiporã e dá outras providências.

2 - Não obstante o parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, não podemos deixar de acolher o presente projeto nesta Comissão de Finanças, uma vez que se trata de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

S. M. J.

Sala das Comissões, em 21/06/1973.

a) QUIELSE CRISOSTOMO - Presidente

a) ALVARO DIAS - Relator

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela ordem). Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 97/73 foi retirado da Ordem do Dia por 3 sessões, e está voltando hoje. Já decorreram as 3 Sessões, mesmo considerando que ontem não houve Sessão? Quer me parecer, Sr. Presidente, que hoje teríamos a 3ª Sessão com este Projeto fora da pauta.

Então, para encaminhamento da minha Questão de Ordem, indago se repousa sobre este Projeto alguma emenda que considere necessária a inclusão de uma cláusula de in-

alienabilidade sobre o imóvel estadual que se predente doar?

O SR. PRESIDENTE - O Projeto não pode receber emenda alguma, nobre Deputado; vence a barreira da 1ª discussão, poderá o Projeto receber emendas.

O SR. IVO THOMAZONI - A primeira discussão é quanto à constitucionalidade. Queria perguntar se sobre a Mesa não repousa nenhuma Emenda oferecida a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE - Não. Em votação o Projeto. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darcy Caprilhone, ex-Verador de União da Vitória. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados, para participar das solenidades de inaugurações de Obras Rodoviárias. - Aprovado.

Esta Presidência designa para representar esta Casa, os Srs. Deputados Trajano Bastos, Mattos Leão, para a inauguração da pavimentação de acesso à Estância Santa Clara, e os Srs. Deputados Domício Scaramella, Luiz Roberto Soares e Lineu Turra, para a inauguração do trecho Irati-São Mateus.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Wilson Fortes, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho e Luiz Alberto de Oliveira, lido pelo Sr. 2º Secretário, solicitando seja gestornado junto ao Sr. Ministro de Educação, que postulam autorização para funcionamento da Faculdade de Ciências Humanas, de Francisco Beltrão e dos Cursos de Licenciatura Plena em Ciências e de Licenciatura em Estudos Sociais da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Paranavai, no sentido de que o Sr. Ministro urgencie as autorizações pretendidas. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja implantada uma agência no Município de Comarca de Guaraniaçu, bem como seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, visando, a instalação de agência desse estabelecimento de crédito. - Aprovado.

A Mesa pede aos Srs. Deputados que quiserem apresentar Requerimentos, uma súmula para melhor orientar os Srs. Deputados na votação da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Telepar, através do Sr.



Governador do Estado, apelo no sentido de ser instalado telefone no Município de Ortigueira. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes visando a construção do contorno asfáltico na cidade de Bandeirantes. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado à Direção da Rede Ferroviária de Armazéns Gerais S/A., no sentido de informar a esta Casa, as razões que determinaram o fechamento do armazém da aquela empresa pública no Município de Lupionópolis. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguerezi, constante do Expediente, solicitando seja convidado a proferir palestra de Estudos do Meio Ambiente, bem como expor o seu Projeto de Preservação da Ilha do Mel, ao arquiteto Rubens Meister. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de determinar providências, visando a instalação de um Núcleo Educacional, na cidade de Guarapuava. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que sejam fornecidos dados estatísticos a esta Casa, dos acidentes ocorridos ao longo das vias rápidas zona norte, em diversos cruzamentos. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, formulando, apelo no sentido de que se urgenciem as obras de reparos na pista de rolamento da estrada BR-173, trecho Três Pinheiros—Pato Branco. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente solicitando voto de congratulações à agência Umuerama Publicidade, ao obter a "Medalha de Ouro" na categoria "melhor mensagem de natal". - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da Nova Mesa Executiva da Câmara Municipal de Ibiaporã. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao DER, visando urgentes providências na PR-11, na passagem pelo Município de Castro. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja instalada uma agência desse estabelecimento na cidade de Morretes. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valtér Piestrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá transmitindo o reconhecimento desta Casa de leis, pelos relevantes serviços prestados pelo órgão que dirige, à saúde de nossa gente. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulação ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., pela criação de uma agência do referido estabelecimento de crédito em Siqueira Campos. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, aos Srs. Secretário de Segurança Pública e Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de que seja instalada uma Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Marechal Cândido Rondon. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Senador Accioly Filho, por sua eleição à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando pedido de informações ao Sr. Diretor Presidente da Telepar, sobre as razões do não funcionamento, até esta data das instalações do prédio destinado ao posto da Telepar, na cidade de Borrazópolis. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, sobre motivos da paralisação das obras do prédio destinado ao Ginásio de Borrazópolis. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, pedido de informações, sobre motivos da paralisação das obras da estrada perimetral sul de Apucarana. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando sejam oficiados aos Srs. Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário de Transportes, objetivan



do encontrar um ponto de entendimento e estudos da viabilidade de Correção, Pavimentação e Construção de trechos da estrada que liga diversas cidades do Sudoeste. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Diretor Presidente da Telepar, sobre diversas considerações. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao I.P.E., sobre diversas considerações. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, requisitando certidão de depoimento do cidadão Mozart Loures Xavier, perante o Sr. Delegado da Delegacia de Furtos de Automóvel, desta Capital. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja fornecido informações sobre diversas considerações. - Aprovado.

A Mesa comunica novamente que a Assembléia não deve se dirigir a uma Sessão, mas ao titular da Pasta.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao DER no sentido de informar sobre a situação em que se encontra o projeto da estrada que une Campo Mourão a Goio-Érê

Antes de entrar na votação, chamo a atenção dos Deputados que a Assembléia não tem autoridade de oficiar ao DNER que é um órgão federal, no sentido de pedir informações "com a máxima urgência". Pode, no máximo, solicitar informações. Em votação. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, contante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro do Trabalho, instando junto ao mesmo para que, por ocasião da fixação do novo salário mínimo, que está por ocorrer, se considere o Estado do Paraná, como uma única região, com o valor do salário que se atribuir à atual 1ª sub-região. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de adequar a Região Oeste do Paraná, de modo especial os trechos entre os Municípios de Palotina, Toledo e Cascavel, com estradas largas e no mínimo cascalhadas. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que o Estado assuma a responsabilidade pela manutenção dos ginários em diversos Distritos, do Município de Londrina. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, às 10,00 horas, com a

ORDEM DO DIA

já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIA Nº 51/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto pelo parágrafo único, do Art. 2º, do Decreto Legislativo Nº 154/72, de 7 de abril de 1972.

#### R E S O L V E:

I - O expediente da Secretaria da Assembléia Legislativa, a partir desta data, passa a obedecer o seguinte horário, "ex-vi" do disposto pelo § 1º, do Art. 53, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná):

De segunda a sexta-feira  
Das 8:00 às 11:30 e  
das 13:30 às 17:30 horas

II - O Diretor do Gabinete de Assistência Técnica, o Consultor Jurídico, o Chefe do Serviço de Assistência Judiciária, o Chefe do Serviço Médico, o Chefe do Serviço Odontológico e o Chefe do Serviço de Assistência Social, previamente cientificada a Diretoria Geral, poderão estabelecer regimes especiais de trabalho, mas sempre com atenção ao disposto pelo § 1º, do Art. 53, mencionado no item I, desta Portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA  
CUMPRASE

Gabinete da Diretoria Geral, em 7 de março de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 120/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1496/75, de 03 de março de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer os cargos que especifica, na 1ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 3 de fevereiro de 1975:

ADEL METRING FRANCALACCI ESPINOLA ..... Chefe de Gabinete  
LIGIA MARIA DA SILVA ..... Auxiliar de Gabinete  
MAI FAIR PERINE ..... Auxiliar de Gabinete  
NORBERTO HUSCH ..... Motorista

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 119/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista as conclusões contidas no processo protocolado sob o nº 7.028/74, deste Poder,

**R E S O L V E :**

revogar o Decreto Legislativo nº 226/63, de 05 de fevereiro de 1963, para fim de tornar sem efeito a contagem de tempo pelo mesmo determinada em favor de EDOUARD ELIAS THOMÉ.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 5 de março de 1975.

- a) PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSALINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 121/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1108/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar JOÃO MARIA SERPA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 122/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1108/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

atribuir a RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA, funcionário ora à disposição deste Poder Legislativo, a gratificação de função símbolo 5-F, de motorista da 3ª Secretaria, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 123/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1089/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar para exercer a Chefia do Gabinete da Liderança do M.D.B., a funcionária IRACILDA SILVA SERTÓRIO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1º de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- c) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 124/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1373/75, de 27 de fevereiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar a funcionária AERODIVA MANN DE SOUZA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o cargo de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 3 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 125/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o

nº 1086/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

# RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, abaixo designados para os cargos conforme especificado, no Gabinete da 2ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes aos cargos, a partir de 20 de fevereiro de 1975:

LENI SABOIA ..... Chefe de Gabinete.  
MARIA DE LOURDES MALTAURO. .... Auxiliar de Gabinete  
LIDIA MUCHISNKI ..... Auxiliar de Gabinete

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 126/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1086/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

# RESOLVE:

atribuir a ALBARI PEDROSO, funcionário ora à disposição deste Poder Legislativo, a gratificação de função símbolo F-5, de motorista na 2ª Vice-Presidência, a partir de 20 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 127/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1511/75, de 04 de março de 1975, deste Poder,

# RESOLVE:

designar para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria desta Assembléia, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 03 de fevereiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 128/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1152/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

# RESOLVE:

dispensar a pedido o funcionário TABAJARA MARTINS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Motorista, função 5-F, no Serviço Médico deste Poder Legislativo, a partir de 17 de fevereiro de 1975.

Palácio DEZENOVE DE DEZEMBRO, em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 129/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1152/75, de 20 de fevereiro de 1975, deste Poder,

# RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer os cargos abaixo discriminados, no Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes aos cargos, a partir de 17 de fevereiro de 1975:

ALCIDES ZONATO ..... Auxiliar de Gabinete  
EDSON HEJBEL ..... Motorista  
TABAJARA MARTINS ..... Motorista  
DUILIO DIAS ..... Chefe da Divisão do Almoxarifado  
RUBENS DAMAS..... Chefe da Seção de Material de Consumo  
OSWALDO MARQUES ..... Chefe da Seção de Controle de Material de Consumo  
ANTONIO CARLOS DANTAS ..... Chefe da Divisão de Expediente  
NEUSA OLIVIA MELARA ..... Chefe da Seção de Correspondência  
IGNÊS DE OLIVEIRA... Chefe da Divisão de Protocolo Geral  
ANTONIO MASSUCHETTO... Chefe da Seção de Expedição  
MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA ..... Chefe da Seção de Controle de Movimentação de Processos  
ARMANDO SOICHI IWAIA .... Chefe da Divisão de Compras  
UMBERTO MORO REDESCHI... Chefe da Seção de Licitação  
NORMANDO PEDRO CULPI... Chefe da Seção de Cadastro de Fornecedores

AMADO ZONATO ..... Chefe da Divisão de Patrimônio  
EDU LIBERTI ..... Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento  
NELSON FERREIRA DE ARAUJO FILHO... Chefe da Seção de Conservação e Manutenção  
REGINALDO XAVIER BITENCOURT... Chefe da Divisão de Documentação  
CELSO FARACO ..... Chefe da Seção de Arquivo  
JOUBERT DA SILVA SANTOS ..... Chefe da Seção de Documentação Histórica  
JOSÉ CALUDIO LUZ ..... Chefe da Seção de Estatística

ABEL FREDIANO MARCHIORATO .... Chefe da Divisão de Serviços Gerais  
ANTONIO GULBINO ..... Administrador Geral  
ANTONIO LEANDRO ..... Chefe da Seção de Portaria  
CARLOS AUGUSTO FERNANDES ..... Chefe da Seção de Telefonia



JONAS ZAMPIER..... Chefe da Seção de Transportes  
 EDISON CARLOS DE OLIVEIRA..... Chefe da Seção de Transmissões  
 JORGE ASSAD MANSUR..... Chefe da Seção de Plenário  
 JANDIR NARDIN..... Chefe da Seção de Limpeza e Conservação  
 LINDAMIR DOS SANTOS..Chefe da Seção de Copa e Cosinha  
 JAIR DELAGASSA..... Auxiliar de Plenário  
 JOSÉ DA TRINDADE..... Auxiliar de Plenário  
 SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO..... Auxiliar de Plenário  
 JUVENAL JAVORKI..... Auxiliar de Plenário  
 JOÃO ANDRÉ CLELE..... Auxiliar de Plenário  
 JOSÉ CARLOS JANJÃO..... Auxiliar de Plenário  
 ALZEMIRO ARTIGAS..... Auxiliar de Plenário  
 ANTONIO DOS SANTOS RIBAS..... Auxiliar de Portaria  
 JOSÉ CHECHELINSKI..... Auxiliar de Portaria  
 BERTOLDO SCHWRZBACH..... Auxiliar de Portaria

Ficam dispensados a pedido os atuais.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 130/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 357/75, de 16 de janeiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

colocar à disposição da Agência da Receita Federal, em Foz do Iguaçu, a funcionária BELKIZ FERNANDES, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens, a partir de 21 de janeiro de 1975.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 131/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10.356/74, de 9 de dezembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do inciso I, do Art. 129, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IZIDORO CÊCCON, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transporte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, dois (02) meses e dezoito (18) dias, compreendido entre 12 de fevereiro de 1968 e 30 de abril de 1969, em que prestou serviços à Secretaria desta Assembléia, na qualidade de contratado; e,

II - conceder o acréscimo de cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 13 de dezembro de 1973, data em que completou cinco (05) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 132/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10.574/74, de 16 de dezembro de 1974, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo do serviço público de SILVIO SEBASTIANI, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 01 (um) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 15 de janeiro de 1963 e 15 de maio de 1973, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1965, 1966, 1967 e 1968, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 133/74

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 994/75, de 14 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

conceder a WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 25 de dezembro de 1974, data em que completou (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 12 de março de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário